

## Participação política, valores, cultura política e as (possíveis) correlações com as eleições de 2010

Celene Tonella\*

### Resumo:

O artigo explora dados coletados em um *survey* (2010) realizado com a população de três cidades que compõem a chamada mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá (PR): Sarandi, Paiçandu e Maringá. O levantamento tratou de elementos referentes ao exercício da cidadania, à cultura política e aos valores subjetivos que influenciam fenômenos políticos. Fez-se um recorte visando explicar acerca dos temas os controversos como descriminalização da maconha, legalização do aborto, importância da participação política da mulher, entre outros.

**Palavras-chave:** Política, Eleições 2010, Maringá, Região Metropolitana, Paraná



\* **CELENE TONELLA** é Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997) e Pós-Doutora pelo Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atualmente é professora associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual de Maringá.



Foto da autora

As atitudes, crenças e valores políticos, como interesse em política, confiança interpessoal e institucional, tolerância e respeito à lei, afetam o envolvimento das pessoas com a vida pública, o desenho das instituições. São atitudes de massa, persistentes no tempo, crescentemente consideradas pelos analistas e profissionais da política. A difícil integração de milhões de pessoas é o desafio principal que se apresenta à construção da democracia no Brasil. Um exemplo basilar foram as eleições de 2010 em que valores e crenças religiosas incorporaram amplos segmentos, tradicionalmente pouco participativos, nas dinâmicas pré-eleitorais

A posição apresentada por Moisés de que "tanto a tradição da cultura política como aquela que valoriza o desenho e o desempenho das instituições públicas influem na relação dos cidadãos com o regime democrático" (MOISÉS, 2010,

p. 78) explica com propriedade a complexidade do caminhar democrático brasileiro. O que se evidencia é que não basta o desempenho formal das instituições, mas como este funcionamento é captado pela sociedade. Em geral, permanece um sentimento de frustração em relação ao desenho institucional resultante e diante do não atendimento dos interesses dos cidadãos. O autor, com base em análise de experiências internacionais, defende que:

para que o sistema democrático funcione a contento, o sistema político e suas instituições fundamentais devem ser adotados de forma incondicional, não apenas pelas elites políticas, mas pela maioria dos cidadãos como parte integrante de seu pertencimento à comunidade política (MOISÉS, 2010, p. 85).

A discussão central, no momento, está limitada aos aspectos da democracia representativa, tão largamente propalada como em crise. Uma análise original é apresentada por Urbinati (2006). A autora argumenta que, apesar da estrutura eleitoral da representação não ter se alterado muito ao longo de dois séculos, ocorreu uma mudança de fundo no funcionamento e significado das instituições representativas. A partir do momento em que as eleições se tornaram elemento indispensável de legitimidade política: “Estado e sociedade não puderam mais ser desligados e o traçado das fronteiras separando – e conectando – suas esferas de ação tornou-se uma questão persistente de ajuste e negociação” (URBINATI, 2006, p. 196). No lugar de entender a participação dos eleitores meramente como um momento de autorização ao representante para realizar ações (aos moldes da teoria institucional), o entendimento é que a representação carrega a percepção de como deve ser a relação entre Estado e Sociedade. Esta perspectiva analítica ilumina o vínculo entre valores e atitudes dos cidadãos diante da democracia e dos condicionantes da vida urbana.

A mancha urbana de Região Metropolitana de Maringá (Maringá, Sarandi e Paiçandu) tem como características a conurbação dos municípios; o movimento pendular em direção à cidade pólo para trabalho, ensino e compras e, finalmente, por Sarandi e Paiçandu fazerem as vezes de cinturão periférico e empobrecido de Maringá. Foram consultadas 297 pessoas por meio de entrevista domiciliar<sup>1</sup>. A amostragem realizada é

do tipo estratificada simples, ou seja, a população das cidades é dividida em estratos homogêneos residentes nas AED's (Áreas de Expansão Demográfica) classificadas pelo IBGE. Dentro de cada estrato, a amostragem é do tipo aleatória simples, proporcional ao tamanho de cada AED.

O perfil dos entrevistados ficou como segue: 176 mulheres (59,3%) e 121 homens (40,4%). As respostas foram fornecidas por pessoas de 25 anos ou acima, exceto 5% entre 18 e 25 anos. Importante informar que 43,4% das respostas estão concentradas na faixa de 50 anos ou mais. Quanto à escolaridade, 12,8% apresentaram menos de quatro anos de estudos; 33,4% entre quatro e oito anos e 37,7% mais de oito anos. A Renda Familiar declarada ficou assim distribuída: sem renda 4,7%; entre um a três salários mínimo (s. m.), 41,1%; entre mais de três até cinco s. m., 26,3%; entre mais de cinco até 10, 15,5%; mais de 10 até 15 s. m., 5,7%; e mais de 15 s. m., 3,4%.

O item religiosidade não trouxe surpresas, a maioria se declarou católica, com a seguinte distribuição: católicos praticantes (42,4%) e não praticantes (23,9%), evangélicos pentecostais (16,5%) e não pentecostais (8,4%). Em um balanço geral, pode-se dizer que a pesquisa atingiu pessoas com baixa e média escolaridade, maduras, religiosas e que se declararam com renda até 10 salários.

---

residência presente no momento da entrevista, desde que tivesse mais que dezesseis anos de idade, eleitor. O questionário é constituído de questões fechadas, aplicadas por entrevistadores previamente treinados. Foi estabelecida uma margem de erro de 5%, com nível de confiabilidade de 95%.

---

<sup>1</sup>. Foi aplicado apenas um questionário, por residência sorteada, sendo solicitado que fornecesse as informações o responsável pela

### Quando o social se torna político

Avaliar em que medida valores presentes na sociedade definem o comportamento político e impactam em momentos eleitorais tem sido um desafio para os pesquisadores. Entende-se que não há uma relação de causa e efeito imediata, ocorrem mediações diversas até o desenho final do resultado das urnas. Urbinati (2006) argumenta que, nas sociedades contemporâneas, os cidadãos estão expostos às múltiplas fontes de informação e influências por meio da mídia, movimentos sociais e partidos políticos que dão o tom em uma sociedade democrática, o que torna *o social em político*. Na pesquisa elencam-se temas polêmicos em discussão na sociedade contemporânea, que dividem opiniões. Questões de foro íntimo, como união de pessoas do mesmo sexo, descriminalização da maconha e do aborto, por exemplo. Entretanto, após o término da coleta de dados, surpreendeu a presença de vários dos temas escolhidos na ordem do dia da discussão pré-eleitoral e que ganharam a cena política, perpassadas por dose de religiosidade. Os meios de comunicação, com notável reforço da internet, começaram a tentar extrair da candidata de situação à presidência sua opinião acerca da descriminalização do aborto, principalmente, e da união entre pessoas de mesmo sexo. Em um país em que vigoram as regras da democracia, a opinião pessoal de um governante sobre determinado tema não tem força de lei. Um mínimo de consenso deverá ser atingido antes de assuntos controversos assumirem força de lei. O Congresso seria o lugar certo, é o fórum possível



para este debate, sendo a sociedade ouvida.

Os candidatos foram pressionados a se posicionarem pela mídia diante do tema de forma polarizada – a favor ou contra – se as mediações presentes em temas

controversos como “depende do caso”. Dilma Rousseff apresentou em ocasiões anteriores à campanha posição favorável à discussão da legalização do aborto. José Serra logo se mobilizou para apresentar um contraponto à candidata oficial e afirmar que sempre fora contra a legalização, que “não tinha duas caras”. Marina Silva, ligada a grupos religiosos, sempre se posicionou contra o aborto. Os analistas políticos concluíram que boa parte de sua expressiva votação de 20 milhões de votos deveu-se menos ao perfil de campanha inicialmente ligado à temática ambiental e mais à defesa de valores conservadores.

Estão em disputa na sociedade duas concepções em torno do tema aborto. O estado brasileiro vem tratando o assunto da perspectiva da saúde pública, e de outro, tem-se a abordagem religiosa, que aponta enfaticamente que o aborto é crime em quaisquer condições. Em abril de 2005, no 2.º Relatório do Brasil sobre o Tratado de Direitos Civis e Políticos, apresentado ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, o governo comprometeu-se a legalizar o aborto, no mesmo ano, em agosto, entregou ao Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Descriminalização contra a Mulher (Cedaw) documento no qual reconhece o aborto como Direito Humano da Mulher.

Em setembro de 2005, por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o atual governo apresentou ao Congresso um substitutivo do Projeto de Lei 1.135/91, como resultado do trabalho da Comissão Tripartite, com a eliminação de todos os artigos do Código Penal que o criminalizam. Assim, o aborto deixaria de ser crime<sup>2</sup>.

É um dado de saúde pública que os abortos realizados em condições de insegurança causam a morte de milhares de mulheres, e as mais penalizadas são aquelas sem condições financeiras de recorrer às clínicas especializadas que agem na clandestinidade. Segundo dados divulgados pelo Instituto Guttmacher (2010), mais de 70 mil mulheres morrem ao ano. A maioria acontece nos países cuja legislação neste âmbito é mais restritiva, Brasil incluso.

As igrejas, em especial a católica, tem histórico pró-ativo em lutas contra a legalização/descriminalização do aborto. Por ocasião da Assembléia



Nacional Constituinte (1986), foi apresentada a emenda n.78 contra o aborto, que recebeu a chancela, inclusive, de Dom Paulo Evaristo Arns – Cardeal Arcebispo de São Paulo. Em conjunto com duas igrejas Seicho-no-ie angariaram pouco mais de 35 mil assinaturas a favor da emenda, em São Paulo. Em outra ocasião, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – encabeçou, em

conjunto com a Cáritas Brasileira e a Associação Católica do Brasil, uma emenda contrária ao aborto e as entidades conseguiram coletar 500 mil assinaturas (DOIMO, 2004).

A pesquisa abaixo foi realizada anteriormente ao início dos debates pré-eleitorais, mas contribuem para lançar luzes quanto à percepção de valores do eleitorado.

---

<sup>2</sup>. O substitutivo do PL 1.135/91 foi de autoria da Deputada Federal Jandira Feghali (PC do B) e pretende revogar os artigos 124, 126, 127 e 128 do Código Penal Brasileiro, de 1940. O artigo 128 do Código Penal Brasileiro permite a prática do aborto realizada por médicos em dois casos: se não há outro meio de salvar a vida da gestante (aborto terapêutico), ou se a gravidez resulta de estupro e há consentimento da gestante.

**Tabela 1. – Nível de concordância em relação às questões polêmicas em discussão na sociedade (I)**

Participação %	legalização da união de pessoas do mesmo sexo	legalização da maconha	legalização do aborto
1. Concorda totalmente	23,6	9,1	4,7
2. Concorda em parte	7,1	7,1	11,8
3. Nem concorda nem discorda	14,5	3,0	1,4
4. Discorda em parte	3,0	3,7	9,1
5. Discorda totalmente	49,8	76,4	71,0
6. Não respondeu	2,0	0,7	2,0
<b>Total geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrôpoles 2010

A cultura religiosa deu a tônica à maioria das respostas dos entrevistados. Evocaram Deus para justificar as respostas sobre a instituição da pena de morte e a legalização do aborto. Os entrevistadores registraram inúmeras reações que podem ser sintetizadas na frase “Deus deu a vida e só Ele pode tirar”. Os dados dispostos na Tabela 1 indicam que os entrevistados na maioria absoluta, discordam da legalização do

aborto e da legalização do uso da maconha (71,0% e 76,4%, respectivamente). Quanto à União de pessoas de mesmo sexo, percebeu-se uma ligeira diversificação de opiniões e, conseqüentemente, uma maior tolerância ao tema: 23,6% concordam totalmente, 7,1% concordam em parte, 14,5% não têm opinião formada e 49,8% discordam totalmente.

**Tabela 2. – Nível de concordância em relação às questões polêmicas em discussão na sociedade (II)**

Participação %	instituição da pena de morte	diminuição da maioria penal	cotas para segmentos na universidade
1. Concorda totalmente	22,2	63,3	42,8
2. Concorda em parte	19,9	10,1	15,1
3. Nem concorda nem discorda	3,7	4,7	4,7
4. Discorda em parte	9,1	17,5	32,7
5. Discorda totalmente	44,8	1,0	1,4
6. não respondeu	0,3	3,4	3,4
<b>Total geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrôpoles 2010.

As duas questões seguintes – instituição da pena de morte, diminuição da maioria penal -- surgem à tona recorrentemente em virtude do aumento de índices de violência na sociedade. As pessoas e parte da imprensa sensacionalista passam a pregar a necessidade da pena de morte para bandidos e a postura tende a ser resumida no bordão “bandido tem que morrer”. No outro caso, atribuem a culpa ao Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), ao qual atribuem a

responsabilidade pela não punição ou punição branda demais a jovens que praticam violência. No caso, há também em circulação um bordão que as pessoas utilizam para resumir seu pensamento e foi mencionado inúmeras vezes durante as entrevistas: “se tem idade para saber matar (e/ou roubar) tem idade para ir para a cadeia”. Finalmente, o debate em torno das cotas sociais apresentou o maior nível de concordância, sendo que 42,8% concordam totalmente, 15,1%, em parte e 32,7% discordam em parte.

**Tabela 3 – Opinião em relação às pessoas que defendem alguns itens polêmicos - geral**

Opinião %	legalização da união entre pessoas do mesmo sexo	instituição da pena de morte	legalização da maconha	legalização do aborto	diminuição da maioria penal	Cotas
podem ser a favor dessa idéia, desde que não tentem convencer os demais	57,6	48,5	54,9	54,5	38,7	40,7
devem simplesmente seguir o que pensa a maioria	8,7	8,7	10,8	10,8	7,4	8,4
podem tentar convencer as pessoas dessa idéia	23,9	33,0	22,2	23,6	47,1	42,8
n/s n/r	6,7	7,7	8,4	7,7	5,1	6,4
outras	3,0	2,1	3,7	3,4	1,7	1,7
<b>total geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrôpoles 2010

Procurou-se mensurar o nível de tolerância dos entrevistados em relação a opiniões divergentes das suas a partir das seguintes questões apresentadas na tabela 3. Optou-se por suprimir a questão com respostas mais equilibradas –cotas para segmentos nas Universidades -- e fazer a média das cinco restantes. A indagação um indica a compreensão que os defensores de determinada causa não podem publicizar sua opção e recebeu 50,8%, na média. A indagação dois também

aponta para a desautorização de o indivíduo tratar da temática e recebeu 9,3% das respostas. Finalmente, a indagação três corresponde a um nível de tolerância desejável em uma sociedade livre e democrática e recebeu apenas 29,9% das respostas. Acrescente-se, ainda, que, em questões que obtiveram maior simpatia dos entrevistados, como a diminuição da maioria penal, a autorização para tentar convencer outras pessoas obteve maior adesão (47,2%).

A intenção foi averiguar o índice de tolerância para com o outro. A questão de fundo que estimulou tal propositura corresponde a um dos princípios que permite a sobrevivência de uma democracia pluralista no sentido apontado por Mouffe (1996, p. 15): “lutamos contra suas ideias, mas não poremos em causa o seu direito de defendê-los”. A pouca tolerância em relação a pessoas que defendem temas polêmicos foi tendência principal das respostas: 50,8% na média responderam que as pessoas “podem ser a favor, desde que não tentem convencer as demais”. Já a resposta “podem tentar (têm o direito de) convencer as pessoas

dessa ideia” recebeu em média 29,9% das respostas. A conclusão, levando em conta não só as respostas mas também o comportamento dos entrevistados é a dificuldade em aceitar opiniões diversas da sua.

Solicitou-se aos informantes que se posicionassem quanto à validade da mulher na vida pública, opinando sobre a frase: “De modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres”. A presença de questão se justifica diante da discussão da amplitude internacional da baixa proporção de mulheres em cargos públicos.

**Tabela 11 – Nível de concordância com a frase: “De modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres”**

Nível de concordância	Total	%
<b>Concorda Totalmente</b>	37	12,6
<b>Concorda em parte</b>	20	6,7
<b>Nem concorda nem discorda</b>	15	5,1
<b>Discorda em parte</b>	40	13,5
<b>Discorda Totalmente</b>	184	61,9
<b>Não Respondeu</b>	1	0,3
<b>Total geral</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre opinião política.

Há discordância em relação à frase (13,5% em parte e 61,9% totalmente), mas a percepção dos pesquisadores é a de que a mulher é aceita na política dentro de limites muito controlados. A base de poder da sociedade brasileira está estabilizada: no topo da hierarquia encontram-se as tradicionais elites econômicas e sociais, acrescidas, nos dias de hoje, das elites sindicais e acadêmicas que definem quais espaços de poder estão vetados e quais podem

ser ocupados. A percepção é a de que as mulheres entram nos espaços da política, que é masculino, com um discurso que neutraliza o gênero. Segundo Pinto (2010):

Mesmo que as mulheres ultrapassem barreiras pessoais e partidárias e tornem-se candidatas, pesquisas que tenho realizado mostram que estas mulheres nem enfatizam o fato óbvio de serem mulheres e, portanto, de serem

novidade, nem articulam, em suas plataformas, com destaque, temas presentes nas lutas feministas (PINTO, 2010, p. 20).

A impressão é que as mulheres são aceitas no universo da política pelo eleitorado desde que assumam atividades vinculadas ao que é tradicionalmente atividade “de mulher” para a sociedade, a de “cuidadoras” expressa em profissões como professoras e enfermeiras. O correspondente no mundo público serão as atividades vinculadas à assistência social. Não se verifica uma rejeição evidente à participação da mulher na política e o correspondente em nível conjuntural desta aceitação está na quantidade de votos que mulheres receberam na eleição presidencial de 2010 (Dilma Rousseff e Marina Silva obtiveram no primeiro turno mais de 62 milhões de votos).

### Considerações finais

As ciências sociais e, particularmente a ciência política, sempre se interessaram pelo impacto que a religiosidade causou na estruturação dos movimentos sociais, incluindo aí todos os estudos produzidos com o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais” no final da década de 1970 (DOIMO, 2004). No caso em questão, percebem-se posições assumidas diante da vida pública, pela população entrevistada, baseadas em valores transmitidos por vínculo religioso.

Não foi a intenção deste trabalho realizar um cruzamento em linha direta das intenções de voto a presidência da república com a os valores dos cidadãos. A apresentação aos entrevistados de temas polêmicos em discussão na sociedade teve por

objetivo mensurar o nível de tolerância para com aqueles que pensam diferente. Quando foi realizada a pesquisa, a campanha visando às eleições de 2010 não havia começado. Posteriormente, alguns destes temas, principalmente a legalização do aborto, afloraram, e ficou patente que determinadas concepções, com forte viés religioso, têm condições de pautar eleições e influenciar no resultado final das urnas.

### Referências

- DOIMO, A. M. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In AVRITZER, L. (Org.) *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, p. 123-196.
- GUTTIMACHER INSTITUT. Long-term decline in U.S. abortions has stalled; provider harassment has increased. 2001. Disponível em [www.guttimacherinstitut.org/sections/abortion.php](http://www.guttimacherinstitut.org/sections/abortion.php). Acesso em 12/01/2011.
- MENEGUELLO, R. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. IN MOISÉS, J. A.(org.) *Democracia e confiança – por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010, p.123-148.
- MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. IN MOISÉS, J. A.(org.) *Democracia e confiança – por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010, p. 77-122.
- MOUFFE, C. *O regresso do político*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1996.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, no. 36, jun/2010, p. 15-23.
- SANTOS, A. M. dos DEMOCRACIA E VALORES CÍVICOS: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA? *Novos Estudos Cebrap* n.º 69, julho, 2004, pp. 145-160.
- URBINATI, N. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, no. 67, 2006 p. 191-228.